



Basta de ataques aos serviços públicos! Contra a PEC 32! Fora Bolsonaro e Mourão!

O dia 18 de agosto foi marcado por diversas mobilizações contra a PEC 32 (reforma administrativa) em todo o país. Servidores públicos das três esferas, juntos a trabalhadores do setor privado e à juventude, demonstraram sua indignação diante do governo de Bolsonaro e Mourão e sua política de destruição dos serviços públicos.

O Sindsef-SP realizou uma assembleia geral estadual, às 10h, e marcou presença no ato público realizado na Praça da República, às 15h, em São Paulo, além de acompanhar protestos no interior do estado.

Na assembleia, Altino dos Prazeres ressaltou que, mesmo na pandemia, os ricos estão ficando cada vez mais ricos e os pobres mais pobres. Como exemplo, mencionou o documento intitulado Democracia Inacabada, da ONG Oxfam Brasil, que revela que a renda das pessoas 10% mais ricas é 13 vezes maior do que as pessoas 40% mais pobres.

A miséria aumentou no período em que 8 milhões de postos de trabalho sumiram. Quase 50% das pessoas em idade para trabalhar não está trabalhando. “Esta situação no meio da pandemia contrasta com o aumento do número de bilionários no Brasil e no mundo. Aumenta cada vez mais a concentração de renda”, explicou Altino.

É neste contexto que estão as privatizações, a PEC 32 e os ataques aos sindicatos enquanto instrumentos de auto-organização dos trabalhadores para enfrentar tudo isso.

O diretor do sindicato, Luís Antônio Gênova, explicou que a reforma administrativa, assim como a recente “minirreforma” trabalhista aprovada em meio à pandemia, dá continuidade



à uma sequência de medidas para retirar direitos dos trabalhadores públicos e do setor privado. Ambas estão na mesma perspectiva das reformas previdenciárias e trabalhista feitas nas últimas décadas, passando pelos governos Collor, FHC, Lula, Dilma, Temer e, agora, Bolsonaro.

O advogado do Sindsef-SP, Dr. César, abordou os principais pontos da reforma administrativa e as razões para lutar contra a proposta. Em síntese, a PEC 32, ao contrário da propaganda mentirosa, trará consequências graves para os servidores da ativa, novos servidores e para toda a população que depende dos serviços públicos.

Entre os impactos negativos da PEC 32 estão enfraquecimento e a divisão da categoria; a extinção da carreira e dos concursos públicos; da paridade entre ativos e aposentados; a facilitação da prática das rachadinhas e de cabides de empregos; abertura para corrupção; possibilidade da perda das verbas indenizatórias como auxílio saúde, transporte e escolar; demissão de chefias e assessores por questão político-partidária e; por fim, a quebra da estabilidade.

As intervenções da maioria dos participantes foram sobre a necessidade do engajamento de todas e todos para enfrentar os ataques do governo Bolsonaro e Mourão. Contudo, houve a reflexão sobre as saídas para a crise.

Parar de pagar e fazer a auditoria da dívida pública, evitando que metade do orçamento geral da União seja destinado aos bancos, está entre as soluções para garantir recursos visando atender às necessidades da população. Além disso, é necessário aumentar os impostos de forma proporcional para os mais ricos e entregar o controle das empresas estatais aos próprios trabalhadores – não ao setor privado. Tais medidas estão no sentido da luta “por uma sociedade em que a riqueza que nós produzimos fique em nossas mãos”, nas palavras de Altino Prazeres.

Em 7 de setembro, haverá uma nova mobilização. É importante a participação nas atividades online e, na medida do possível, nas presenciais. O Sindsef-SP estará presente e convoca os servidores que se sentirem seguros a se somarem às manifestações, seguindo todos os protocolos necessários.